

DEMOCRACIA E EXIGÊNCIAS ÉTICAS*

Paulo Meneses
Instituto de Filosofia Social (Recife)

Texto apresentado no Seminário "Exigências éticas à ordem democrática" organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em Brasília, de 25 a 27 de agosto de 1989, e publicado posteriormente em *Sociedade, Igreja e Democracia*, São Paulo, Ed. Loyola, 1989, pp. 59-69.

Uma reflexão filosófica sobre *Democracia e exigências éticas* começa por indagar o sentido do tema proposto e vê numa formulação, na aparência tão clara, uma certa ambigüidade.

Ocorrem três sentidos distintos:

- a) Os valores éticos exigem que a sociedade seja organizada numa ordem democrática, ou seja, a democracia é uma exigência ética.
- b) A ética impõe certas exigências à democracia: que ela funcione dentro de certos parâmetros, que produza determinados resultados.
- c) A democracia é um regime que exige uma ética da parte dos cidadãos; a ordem democrática impõe (ou pressupõe, como condição de possibilidade) exigências éticas aos cidadãos.

Felizmente é possível não escolher — ou não excluir — no meio dessa diversidade. O importante é não confundir numa formulação vaga estes sentidos que, embora distintos, não se excluem mas mutuamente se esclarecem e completam. Em sua oposição — e por causa dela — estão dialeticamente unidos, e assim vão constituir as partes concatenadas de nossa exposição:

- 1) A democracia é uma exigência ética.
- 2) A ética impõe exigências ao regime democrático.
- 3) O regime democrático exige um comportamento ético dos cidadãos.

A democracia é um processo, uma conquista incessante da razão e da liberdade sobre a violência. Valores éticos estão na sua origem e constituem sua base, pois sua natureza é, no fundo, uma opção ética; mas também seus frutos, no corpo político e social, são igualmente comportamentos e valores éticos. É a lei de tudo quanto é vivo, tanto na ordem da natureza como na ordem da cultura: seu agir e sua produção consistem, antes de tudo, em reproduzir-se a si mesmo, em constituir-se e reconstruir continuamente sua própria forma. E assim, reproduzindo-se, se esforça por perpetuar sua natureza através do tempo.

É, pois, natural que a democracia, para subsistir, deva criar as condições éticas que lhe deram origem, já que tem de estar sempre se construindo e reproduzindo. É uma conquista permanente, e não uma vitória consumada e consolidada em fronteiras definitivas e incontestáveis.

A democracia como exigência ética

A raiz da democracia e da exigência fundamental de que a sociedade política se ordene de forma democrática é a pessoa humana, a qual, no seu mais íntimo ser, é razão e liberdade. Abdicar da liberdade é, para ela, renunciar à sua humanidade; entregar-se à violência é deixar a razão naufragar no comportamento dos primatas sub-humanos. A única ordem política que convém plenamente ao homem é a organização de sua liberdade, ou seja: uma construção objetiva, no mundo social e histórico, em que sua liberdade se exprima e se desenvolva. Um ordenamento social que crie condições para o ser humano *ser mais*, isto é, ser mais livre, porque liberto das necessidades e limitações da matéria. As liberdades se somam e se multiplicam, pois da sinergia das numerosas liberdades que são as outras pessoas humanas, de seu reconhecimento mútuo e de sua "conspiração" inspiradora, é que a criatividade — que é outro nome da liberdade — se apura e enriquece.

Não conheço ninguém que tenha escrito coisas tão verdadeiras sobre os direitos humanos como Maritain. Jacques Maritain teve grande influência no mundo intelectual do pós-guerra: já foi muito estudado e seguido no Brasil. Hoje está fora das ondas da moda, mas isso não tem importância nenhuma; ou talvez até ajude a uma releitura de seu pensamento, pois então é que se vê quanto é clássico e perene, como costuma ser um filósofo de primeira grandeza. Que é tão profundo que se dá ao luxo de ser claro; seu pensamento tem a pureza de linhas de um templo

grego, e seu estilo é de uma simplicidade translúcida. No seu belo livro *Os direitos humanos e a lei natural* há um capítulo inicial sobre "A sociedade das pessoas humanas". A ordem política tem suas coordenadas, seus objetivos, sua legitimidade, definidos a partir desse conceito do homem. A visão antropológica de Maritain distingue no ser humano o indivíduo e a pessoa. Como indivíduo de uma espécie, como parte de um todo (do seu grupo) o indivíduo é para a espécie; a parte, para o todo; o membro do grupo, para o grupo. O homem é uma parte da sociedade política e inferior a esta, segundo as coisas que dependem da sociedade política e são meios para o bem temporal desta comunidade. Mas, por outro lado, o homem supera a comunidade política segundo as coisas que são originárias da orientação de sua própria personalidade para o absoluto, dependem de algo mais alto que a sociedade política e dizem respeito à realização da pessoa como pessoa. A pessoa "é um todo, um universo, um microcosmo" no qual o universo inteiro pode ser contido mediante o conhecimento, e que pode dar-se livremente a seres que são como outras tantas encarnações de si próprio. Por ter espírito, a pessoa humana vale mais que todo o universo material. Sua pátria espiritual é todo um universo de bens que têm um valor absoluto: a verdade, a beleza, o amor, a liberdade, Deus, enfim. É a partir do conceito da pessoa humana que se deve pensar a sociedade política. "A pessoa é um todo, mas não um todo fechado. É um todo aberto: por sua própria natureza tende para a vida social e para a comunhão, que fazem cada um necessitar dos outros para sua vida material, intelectual e moral, mas também por causa da generosidade radical inscrita no próprio ser da pessoa e por ser o espírito aberto às comunicações da inteligência e do amor, o que exige a relação com outras pessoas. A pessoa não pode estar só; o que sabe quer transmitir; quer afirmar-se a si mesma. E a quem, se não a outras pessoas?"

Assim, a sociedade política se forma como algo exigido pela natureza; e — dado que esta natureza é a natureza humana — como uma obra efetuada por um trabalho de razão e da vontade, livremente consentida. A pessoa humana exige a vida política; e a cidade, enquanto mereça este nome, é uma sociedade de pessoas humanas".

Quer dizer: uma sociedade democrática, pois seus direitos, em especial seu direito à participação plena nas coisas que lhe dizem respeito, sua autodeterminação, sua soberania, sua decisão na escolha dos dirigentes só são realmente respeitados num regime democrático. Este regime, além de *personalista*, isto é, voltado para criar condições em que a pessoa humana possa

realizar-se plenamente, deve ser também *comunitário*, promovendo a integração, a obra comum, a união e a amizade sem discriminações entre os cidadãos; e enfim, *pluralista*, reconhecendo e respeitando as diversidades inúmeras entre as pessoas e grupos sociais que se devem unir mantendo as diversidades, acolhendo-as e mesmo incentivando; e não as reduzindo a um denominador comum homogêneo.

Portanto a democracia é uma exigência ética — exigência que não só preside a criação do regime, mas que é sua alma: esse impulso para que a democracia seja cada vez mais plena, pois sem isso, sem a força desse ideal, a decadência ou a corrupção da democracia é inevitável. E porque a ética faz exigências prementes à democracia, a democracia é difícil e exigente por sua própria natureza.

Exigências que a ética faz à democracia

A função da democracia, como o de toda a organização política, é “promover o bem comum”. Da democracia se exige mais do que de outros regimes. Espera-se notadamente que as liberdades formais se tornem liberdades reais, que os direitos do homem e do cidadão sejam implementados através de um instrumental jurídico eficaz; que o homem seja livre da fome, da miséria, da ignorância; que a igualdade se realize, através da oportunidade igual para todos. Que promova a mentalidade democrática, vele pela educação das novas gerações dentro do respeito aos valores de liberdade e de igualdade etc. Mas se exige também que seja um regime eficaz em encontrar soluções para os problemas nacionais e a prosperidade do povo.

Mas já que estamos nos inspirando em Maritain, vejamos como formula estas questões o nobre filósofo.

“O fim da sociedade política, como de outra sociedade humana, implica realizar uma obra comum. Essa obra, que tem de ser realizada em comum, consiste em proporcionar a todos os seus membros o melhoramento das condições da própria vida humana, o aperfeiçoamento e o progresso material, mas também moral e espiritual, graças ao qual os atributos do homem devem realizar-se e manifestar-se na história. O objeto essencial e primordial pelo qual os homens se reúnem em comunidade política é procurar o bem comum da multidão, de tal sorte que a pessoa concreta, e não somente uma categoria de privilegiados, mas toda a massa, aceda realmente àquela independência que convém

à vida civilizada e que é assegurada ao mesmo tempo pelas garantias econômicas do trabalho e da propriedade, pelos direitos políticos, virtudes civis e cultura do espírito. Numa palavra, a obra política é essencialmente uma obra de civilização e de cultura. São as aspirações íntimas e essenciais da pessoa humana que iluminam e descobrem a natureza dessa obra, e a mais profunda aspiração da pessoa é a liberdade de expandir-se. A sociedade política se destina a desenvolver condições de vida comum que levem a isso. O movimento próprio da sociedade política dirige-se à libertação e à emancipação conforme as verdadeiras aspirações de nosso ser: libertação progressiva das servidões da natureza material para o nosso bem-estar em todos os níveis, mas sobretudo para o desenvolvimento em nós da vida do espírito. Libertação das diversas formas de servidão política, pois pela sua própria natureza de "animal político" o homem é levado a participar ativa e livremente da política. Libertação progressiva das diversas formas de servidão econômica e social, pois é uma aspiração de nossa natureza que nenhum homem seja dominado por outro, como se fosse um instrumento a serviço do bem particular desse".

Mas, se essas exigências éticas não forem cumpridas? Se o Estado, sem autoridade nem moral, fracassar em promover as condições de vida melhor para seu povo? Se a corrupção contaminar o poder na escala em que estamos assistindo no Brasil dos anos 80, no gozo da mais indecente impunidade?

Então as conseqüências serão simplesmente catastróficas para a sociedade política e para a democracia: pois, se houver o fracasso da ordem democrática por não produzir os pré-requisitos de uma apreciável vivência ética na cidadania, o país soçobra numa crise ética do porte da que estamos vivendo hoje em nossa pátria.

Apenas um exemplo. É conhecida a incompetência com que as autoridades financeiras no Brasil têm lidado com a inflação que cada dia se agrava, rumo à hiperinflação. Isso produziu entre nós uma cultura da inflação, subproduto e componente cultural de décadas de inflação. Ora, um artigo muito interessante de Roberto Paulo César de Andrade ("Jornal do Brasil", 14 de julho de 1989) que se intitula *Inflação crônica e ética do bandido*, diz: "A primeira conseqüência dessa cultura da inflação é a chamada 'deterioração moral' que contamina o país. Perdida a noção de um referencial básico — o valor da moeda — perde-se facilmente a noção de valor geral... [pois] deixa de existir um dos aferidores básicos do convívio humano. Basta imaginar um quilo, um metro, um watt constantemente variável e impre-

visível, para sentirmos a balbúrdia que tal instabilidade causaria nas relações entre as pessoas. A inflação, além de introduzir um elemento profundamente perturbador na cultura nacional — que é a perda do senso do valor — trouxe também outra consequência perversa: a maciça transferência de renda das classes pobres para as mais abastadas. O desenvolvimento brasileiro pode conviver com a inflação devido à indexação, que protegeu o Estado, as empresas e a classe média poupadora, mas desviou a renda da restante maioria do povo e a concentrou nas mãos do governo e das classes privilegiadas. À perda do sentido de valor das coisas e do trabalho, junta-se uma consciência de injustiça, de um lado, e de oportunismo — no sentido da 'lei de Gérson' — de outro. Os valores éticos se deterioraram porque já não produzem os resultados prognosticados: de pouco vale a ética do trabalho e da poupança, se a poupança se esvai, implacavelmente; e o trabalho, por mais árduo e esforçado, produz cada vez menos.

Pior ainda, deteriora-se de forma irrecuperável o senso de justiça e, com ele, o respeito pela lei e sua própria virtude primordial de atingir de forma igual a todos os cidadãos, fracos e fortes, ricos e pobres, poderosos e impotentes. A lei perde sua majestade, passa a ser apenas um instrumento de trabalho do tecnocrata, uma diretriz substituível a qualquer momento: uma 'medida provisória'.

Perdidos o senso de valor, o senso de justiça, o respeito à lei, então a cultura nacional passou a aceitar, sem crítica, a ética do sucesso, no contexto do predomínio da força. O mais forte passa a ser, automaticamente, o mais bem-sucedido. Instaura-se sem controle o predomínio da corrupção das pressões das maiorias contra as minorias, ou das minorias ativistas contra as maiorias passivas. A máfia, a 'proteção', as comissões, enfim, a *ética do bandido*, substitui a lei e a ordem, a ética da civilização. Não bastará, portanto, combater o déficit público, resolver o problema da dívida, 'moralizar' a política ou os políticos. O problema é mais profundo: será preciso reverter tendências culturais surgidas do convívio prolongado com uma realidade amoral e injusta, resultante basicamente de uma só causa: a inflação crônica e a perda do sentido do valor da moeda" (até aqui o artigo de R. Paulo César).

Também apareceu recentemente um estudo sobre a crise ética que nossa sociedade está atravessando em decorrência da crise profunda em que naufragou o Estado Brasileiro. Jurandir Freire Costa escreveu *Narcisismo em tempos sombrios*, que teve tanta repercussão a ponto de ser o autor eleito o *Homem de idéias* de 1988.

Nesse contexto de crise generalizada, Jurandir vê o Brasil de hoje açoitado por quatro inimigos: violência, cinismo, delinqüência e narcisismo. O homem é incapaz de sobreviver sem ideais que lhe tragam esperança, sem uma cultura que o proteja do vazio. Não é como os animais que têm suas defesas e destino programados pelo instinto; precisa de artefatos culturais bem-afinados, que dêem direção à sua vida, protejam de perigos naturais e da própria angústia existencial. Quando a confiança na cultura é rompida, quando as leis perdem seu vigor, e não se pode mais distinguir a coragem do crime, o homem cai num estado de pânico narcísico, que o faz sentir-se desprotegido, fragilizado, desorientado, e lhe rouba toda a capacidade de reação. É o que sucede no Brasil de hoje: o brasileiro vive em tal estado de desesperança que qualquer ideal toma para ele a forma de estúpida promessa infantil. Tal é seu estado de confusão que qualquer reação, por mais violenta e impensada, lhe parece razoável. É o reino do vale tudo (tema e ética de uma novela global). O lema do brasileiro se tornou a famosa "lei de Gérson", *levar vantagem em tudo*. Desiludidos com a vida social, os homens se trancam nas grades do narcisismo. Acostumados a ver a lei como manifestação arbitrária de vontades pessoais, sentem-se autorizados a quaisquer violências e ao desrespeito constante e impune das leis. A razão cínica passa assim a reger a vida social, praticada no cotidiano como um escudo de proteção contra a confusão reinante.

Jurandir Freire põe em correlação com isso o culto do corpo, esse narcisismo que invadiu academias de ginástica, o entusiasmo pela ginástica aeróbica e até os programas infantis: foi muitas vezes observado como o "Xou da Xuxa" é um apelo ou mesmo uma apelação ao culto do corpo, à sensualidade. Na linguagem de Maritain, a preocupação é com o indivíduo; cuidar de que o homem tenha uma animalidade esplêndida e sadia, já que os valores espirituais e éticos da pessoa humana estão em eclipse. (Lembra aquele samba "Estatutos da Gafieira": "Cuidar do corpo, que a alma não tem mais jeito"...)

A democracia exige um procedimento ético dos cidadãos

Aí está a gravidade de nossa situação, onde a própria democracia está em risco. Mais que qualquer outro regime, a democracia exige uma atitude ética da parte dos cidadãos. A ordem democrática está nas mãos dos cidadãos, que são o soberano neste

regime. Se os valores éticos não são cultuados pela cidadania, se a lei — expressão da vontade geral — não é internalizada e respeitada, se os cidadãos não respeitam os direitos e a diversidade multiforme dos outros e sucumbem a preconceitos racistas, machistas, autoritários, elitistas etc., e sobretudo se prolifera com a corrupção generalizada o culto da impunidade, então não há democracia que se sustente.

Pesquisas recentes apontaram que a opinião pública passou a considerar a corrupção problema mais grave que a própria inflação. Parece estranho, com uma inflação do nível da que nos esmaga, mas faz sentido: se andamos beirando, mas não chegamos ainda propriamente a uma hiperinflação, há bastante tempo que estamos vivendo numa hipercorrupção. Que fazer? Partir para a denúncia? Intensificar a exortação moral? Reeducar a nação brasileira, desde o maternal até a Universidade? E os valores ou contravalores da família, do grupo de idade, dos meios de comunicação, não são mais que proporcionais a todo o esforço conjugado das Igrejas, das lideranças intelectuais, dos notáveis? Talvez pairasse sobre essa pregação uma suspeita de hipocrisia, pois os que estão em posições de destaque se beneficiam naturalmente de uma série de privilégios e mordomias que uma ordem social marcada por tanta desigualdade lhes proporciona.

Vejamos uma analogia extrema: em tempo de guerra, nos naufrágios, nas cidades sitiadas, num campo de concentração, o comportamento humano muda violentamente, e não há exortação moral nem princípios ou valores éticos que sejam determinantes para a quase totalidade das pessoas, excetuando os heróis, é claro. Cenas aterradoras, como o canibalismo, podem até se tornar rotina; o mercado negro, os latrocínios, estupros, pilhagens e massacres entram no comportamento de pessoas normais, antes perfeitamente ajustadas à ordem moral vigente.

Com isso não queremos dizer que nada se pode fazer em favor da vigência de uma ordem ética na sociedade civil, sem a qual não há esperança para a democracia. O que pensamos é que o esforço prioritário deve ser no sentido de uma mudança política, e das políticas sociais e econômicas, para que se recuperem a credibilidade das instituições, a autoridade e o espírito público dos poderes republicanos; não basta ressuscitar o movimento do "Rearmamento Moral" do pós-guerra. Se não houver uma retomada da esperança, restam poucas chances para uma ética renovada. Perdemos ocasiões, como a campanha das diretas e a constituinte, que suscitaram os últimos lampejos de esperança nos brasileiros; e agora, a eleição de um governo legítimo não

está conseguindo reanimar a esperança — a não ser de alguns fiéis militantes deslumbrados pelo carisma de seus candidatos. Estamos como no fundo de um poço, e num redemoinho de círculos viciosos: sem uma retomada de compromisso ético por parte da cidadania, não se pode sanear a vida pública, nem corrigir a corrupção que pervade nosso corpo político e social. Mas com essa enorme crise moral, política e econômica que se abate sobre o país, o subproduto inevitável é uma mentalidade antiética; a atitude da razão cínica por parte dos cidadãos.

Porém os excessos da corrupção — sua vigência ampla, geral e irrestrita — já começam a apontar para a consciência pública que essa crise moral está na base ou no epicentro de tantas outras crises. As pesquisas já indicam que o povo começa a ver na corrupção nosso maior problema. Talvez isso não seja para ser resolvido numa campanha eleitoral, em que cada candidato se apresenta como batalhador impoluto da moralidade; sem que a imagem escolhida como estandarte da anticorrupção tenha lastro necessário de realidade. Mas é importante que a opinião pública se conscientize da gravidade do problema, que comece a negar seu voto aos corruptos e que exija o fim da impunidade. Os próprios excessos ajudam a reforçar o repúdio e a indignação. Quem sabe se o governo, no auge da crise econômica, vai enfim penalizar a sonegação dos impostos, que sobe a tantos milhões? E taxar as escandalosas fortunas?

Por alguma parte se tem de começar; e parece já haver tímidos sintomas de uma reversão, uma preocupação maior pela ética; pelo menos a julgar por numerosos seminários dedicados a este tema — coisa que antes não se via.

Mas, para não terminar sem uma perspectiva de esperança, podemos dizer que, por felicidade, a mesma causação recíproca que leva a círculos viciosos também conduz, ao ser invertida, a círculos virtuosos. Os cidadãos, vivendo a ética de respeito às leis, aos direitos próprios e alheios, à solidariedade cívica, serão o suporte de um Estado que, por sua ação eficaz, produza o bem comum, crie condições materiais para a plena realização da pessoa humana. O Estado, tomando medidas elementares de moralização e de justiça, ajudaria a essa retomada da consciência ética dos cidadãos.

As dificuldades momentâneas, “os tempos sombrios” não nos devem fazer esquecer que a história humana tem sentido e que todo o tempo foi dado ao homem para a sua verdadeira realização — que é a efetivação cada vez mais plena de sua liberdade. A humanidade é uma espécie muito recente; as civili-

zações e o Estado ocupam apenas uma fração diminuta de sua existência. Na visão de Teilhard de Chardin — que Maritain cita com entusiasmo em sua filosofia política — a complexa matéria cósmica acedeu a um novo patamar de organização na vida; e a vida chegou a sua suprema forma de unidade na complexidade do homem. A evolução que antes se fazia no surgimento das espécies, agora se faz na construção da sociedade e da história: e sua direção é a da convergência e unificação das consciências, numa obra comum de liberdade e de amor. As sociedades políticas existem por essa exigência, por esse ideal supremo, que, imanente à história, a transcende em direção ao ponto Omega.

A vida comum tem como base a justiça, mas como termo e inspiração, a amizade que estabelece a igualdade, o espírito fraterno. As exigências éticas que fazem do ordenamento democrático o único conveniente à pessoa humana, que exigem do Estado democrático um desempenho excelente na promoção do bem comum, que impõem aos cidadãos uma respeitabilidade e empenho na obra comum de liberdade, justiça e amor — para nós, cristãos, vêm de além e vão para além da história. Mas estão imanentes na história desde que o Verbo se fez carne e habitou entre nós, e tem toda a duração restante da história para recapitular todas as coisas e entregar o seu reino ao Pai.

Endereço do autor:
R. do Príncipe, 526.
50058 — Recife — PE

SÍNTESE NOVA FASE
48(1990): 85-94